



LUCIANA MÜLLER
lmuller@jundiá.com.br

Bafafá 1

Com o advento da internet e das redes sociais, o mundo ficou conectado. Se por um lado a conectividade é positiva pela agilidade nas informações, a mesma velocidade também cria situações inusitadas, principalmente para os políticos. Em Jundiá, vários são os sites, blogs e fan pages criados desde o início deste ano, com a promessa de 'fiscalizar' a política.

Bafafá 2

Foi um desses blogs que colocaram em maus lençóis um ex-candidato a vereador, que na gestão passada (de Pedro Bigardi, PSD) era oposição a Luiz Fernando (PSDB). Ele, que migrou apoio ao prefeito eleito ainda no primeiro turno das eleições de 2016, tem cargo em comissão na administração municipal, mas 'curtiu' uma postagem satírica contra os tucanos. O post rendeu grande dor de cabeça.

Bafafá 3

Em sua defesa, o ex-candidato e hoje comissionado informou que havia sido vítima de um fake, ou seja, alguém que teria criado um perfil em seu nome e curtido postagens contrárias ao governo tucano. Até conseguir dizimar as dúvidas, o integrante do governo passou por desconforto entre os colegas de trabalho.

Visitantes

O prefeito de Jundiá, Luiz Fernando Machado (PSDB), tem recebido muitos estudantes para visitar o Págo. Ontem foi a vez de crianças do ensino fundamental circularem pelos corredores do prédio e questionarem o chefe do Executivo sobre a cidade. Ainda nesta semana, outra turma se encontrará com o tucano. Na próxima semana, outras duas visitas já estão agendadas com Luiz.

Aula inaugural

O prefeito de Jundiá, Luiz Fernando Machado (PSDB), participou, na manhã de ontem, da aula inaugural da Faculdade de Medicina de Jundiá (FMJ). A instituição comemora 49 anos de existência e parceria com o município. A saúde foi uma das principais bandeiras defendidas por Luiz durante toda a campanha eleitoral.

Depoimento

O ex-presidente Lula presta hoje esclarecimentos ao Ministério Público Federal. O depoimento estava marcado para fevereiro, mas foi adiado em razão do luto pela morte da ex-primeira-dama Marisa Lefício. Lula será interrogado na ação penal em que é acusado pelo Ministério Público Federal de obstrução da Operação Lava Jato ao tentar comprar o silêncio de Nestor Cerveró, diretor da Petrobras que na época negociava uma delação premiada. Essa afirmação consta e outra delação, a do ex-senador Delcídio do Amaral (MS). Ele é réu na mesma ação em que também são investigados o guarista José Carlos Bumilai, o prior Delcídio e o banqueiro Iré Esteves, entre outros sados.

BIOMETRIA E DADOS

Começa o recadastramento de eleitores de Várzea Paulista

Teve início ontem o processo de recadastramento das pessoas que votam em Várzea Paulista. Além da confirmação biométrica, o cartório eleitoral também vai confirmar dados cadastrais como endereço dos eleitores.

De acordo com Resolução nº395/2017 do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de São Paulo, os eleitores inscritos ou transferidos no município de Várzea Paulista, pertencente à 242ª Zona Eleitoral, até o 4 de agosto de 2015 (antes do início da cole-

ta de dados biométricos), deverão participar da revisão do eleitorado. O prazo vai até 19 de dezembro de 2017, de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h, para comparecer ao cartório eleitoral da cidade. Antes, porém, é necessário fazer agendamento prévio pelo site www.tre-sp.jus.br. Segundo France Quirino, chefe do cartório eleitoral de Várzea, a cidade conta com 85 mil eleitores e até 10% pode perder o título por não morar mais no município. "Esse recadastramento é para que

as pessoas votem apenas no local onde moram para que possam cobrar seus governantes sobre as promessas feitas em campanha."

É obrigatório apresentar, no momento do atendimento, um documento pelo qual se comprove a nacionalidade brasileira e um comprovante de endereço. Podem ser usados os seguintes documentos: carteira de identidade; certidão de nascimento ou casamento; certidão de quitação do serviço militar e carteira nacional de habilitação (CNH).



LOCAL Recadastramento será feito até o final deste ano no cartório da cidade

Quem não comparecer à convocação sofrerá cancelamento da inscrição eleitoral. O atendimento será rea-

lizado na 242ª zona eleitoral, localizada na Rua Maria Aparecida, 84, na Vila Santa Terezinha.

CAMPANHA DA FRATERNIDADE

Dom Vicente Costa anuncia tradicional evento da Igreja deste ano, na Casa de Leis, durante sessão ordinária

Com maioria católica, Câmara recebe hoje bispo diocesano

LUCIANA MÜLLER
lmuller@jundiá.com.br

A sexta sessão ordinária da Câmara de Jundiá, hoje, a partir das 18h, além da pauta com cinco itens, terá a presença do bispo diocesano dom Vicente Costa para anunciar a Campanha da Fraternidade 2017. A Casa de Leis, apesar de possuir bancada evangélica, mantém maioria dos vereadores católicos, que têm a tradição de convidar o representante da Igreja Católica para participar da sessão da Câmara. O bispo também compareceu à diplomação dos vereadores eleitos, em dezembro.

Segundo levantamento feito pela reportagem do Jornal de Jundiá, dos 19 vereadores do município, ao menos 11 são católicos, um muçulmano e ao menos quatro evangélicos (três não foram localizados). "Todos os anos somos convidados a participar da sessão para anunciar o tema da Campanha da Fraternidade. Neste ano o assunto é o meio ambiente, bastante importante para os vereadores conhecerem, já que tratam de questões e leis sobre o assunto", explica o bispo



NOVAMENTE Bispo diocesano dom Vicente Costa afirma que a Igreja não tem papel fiscalizador de governos; intenção é esclarecer

da Diocese de Jundiá.

A Igreja Católica, no ano passado, atuou de forma ativa com o intuito de ajudar a esclarecer o eleitorado, realizando sabatinas com os candidatos a prefeito e vice de Jundiá. Segundo o bispo, contudo, o trabalho não terá continuidade pela Diocese.

se, de forma direta. "Não somos fiscalizadores dos governos e da política. Todos os anos a Diocese de Jundiá promove dois encontros com todos os políticos das 11 cidades integrantes da regional. O primeiro será dia 15 de maio. Na próxima semana, o Conselho dos Lei-

gos irá definir qual o tema do encontro", detalha.

Votação

Na pauta de hoje, constam um projeto de lei, uma proposta de emenda à Lei Orgânica, um veto do Poder Executivo e duas moções. Será votada a proposta de emenda à

Lei Orgânica nº 126/2017, do vereador Faouaz Taha (PSDB), que prevê a ronda escolar como função permanente da Guarda Municipal. Segundo o vereador, a intenção é fazer com que a ronda seja mantida independentemente da alternância de mandatos e partidos no comando. A proposta recebeu pareceres favoráveis das comissões e do jurídico da Câmara.

O vereador Cristiano Lopes (PSD) estreia na tribuna da Casa defendendo seu primeiro projeto de lei (12.198/2017), que prevê a criação do "Pracinha dos Dogs", programa de conscientização sobre a posse responsável de animais domésticos. O projeto teve parecer favorável das comissões de Justiça e Redação (CJR) e da Educação, Ciência e Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo (Ceclat). Segundo Cristiano, o programa não terá custos para o município.

Os vereadores ainda votarão o veto total do prefeito ao projeto de lei 11.530, do vereador Paulo Sérgio Martins (PPS), que prevê a comprovação da veracidade das informações do solicitante do serviço para impressão de receitas médicas e confecção de carimbos.

COMPLEMENTO À LAVA JATO

Discussão sobre o fim do foro privilegiado chega aos deputados

Ainda sendo tratada no Senado, a aceleração da proposta de emenda à Constituição, que extingue o benefício do foro especial por prerrogativa de função para autoridades, mais conhecido como foro privilegiado, a PEC 10/2013, de autoria de Alvaro Dias (PV), com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), já ganha discussão na Câmara dos Deputados. Representante de Jundiá e Região, Miguel Haddad (PSDB) é favorável ao fim do privilégio.

"Com o prosseguimento da Lava Jato e essa mudança histórica no Brasil, é necessário que o País se mo-

dernize, fique mais transparente e democrático. O foro privilegiado faz parte do sistema que assegurava a impunidade. Meu voto é favorável ao fim do foro", salienta Miguel.

O tucano ainda afirma que a medida complementa os desdobramentos da Lava Jato, já que boa parte dos envolvidos nos esquemas de corrupção denunciados pela operação da Polícia Federal, hoje, ainda conta com o benefício de prerrogativa da função por autoridade.

Nas redes
Senadores estão sendo cobrados nas redes sociais

para assinar um requerimento de urgência para levar a plenário a votação da PEC. A matéria já foi aprovada em novembro. Desde então, não foi colocada em votação.

A submissão dessas autoridades à jurisdição ordinária, de primeiro grau, conforme as regras processuais de competência comum, tornará o processo de responsabilização mais célere. Na prática, de acordo com o relator, serão retirados da alçada de algumas dúzias de ministros e desembargadores os processos que poderão ser julgados por mais de 16 mil juízes. (Luciana Müller e Agências)

Parlamento aceita 'brexit'. Escócia solicita plebiscito

Legisladores britânicos abriram o caminho ontem para que a primeira-ministra, Theresa May, inicie o "brexit", no mesmo dia em que a Escócia anunciou planos para um novo plebiscito separatista. O caminho foi aberto após a Câmara dos Comuns ter rejeitado duas emendas sugeridas pela Câmara dos Lordes que poderiam atrasar o processo de saída. Após a rejeição, as duas Casas que compõem o Parlamento britânico aceitaram a prerrogativa do Executivo sobre a questão. A primeira emenda obrigava o governo britânico a se comprometer com a proteção dos direitos dos cidadãos europeus no Reino Unido. A segunda garantia o poder de veto a legisladores sobre o resultado das negociações. Membros da Câmara baixa rejeitaram a primeira emenda com

335 votos contra 287, e a segunda com 331 a 286.

A rejeição das emendas e a aprovação simbólica da rainha Elizabeth - prevista para terça de manhã - permitirão que May acione o Artigo 50 do Tratado de Lisboa, o gatilho formal para as negociações da saída do Reino Unido da União Europeia. Assim que o artigo seja ativado, as discussões devem se prolongar por dois anos. O governo britânico sinalizou que deve iniciar o processo até o dia 31. A espera poderia estar relacionada também ao anúncio da primeira-ministra escocesa, Nicola Sturgeon, de que pedirá um novo plebiscito de independência para o fim de 2018 ou início de 2019. O anúncio é resultado do fracasso do governo britânico em ouvir preocupações escocesas sobre o "brexit", disse Sturgeon. (Folhapress)